

Relatório de Reunião

Prestação de informações sobre a gestão da **Secretaria de Estado de Saúde – SES**

Assembleia Fiscaliza 2022 - 2º Ciclo

— 12/12/2022 —





Relatório de Reunião

*Prestação de informações sobre a gestão da Secretaria de Estado de Saúde
entre 1º de janeiro e 30 de novembro de 2022, no âmbito do segundo ciclo do
Assembleia Fiscaliza 2022*

Reunião da Comissão de Saúde:

- Comissão convidada: Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência
- Presidente da reunião: deputado João Vítor Xavier

Data: 12/12/2022

Horário: 10h30

Local: Auditório José Alencar — Assembleia Legislativa de Minas Gerais

Endereço:

Rua Rodrigues Caldas, 30 — Santo Agostinho

Belo Horizonte/MG

CEP: 30190-921

I – Apresentação

Em 12/12/2022, a Comissão de Saúde, tendo como convidada a Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência, recebeu Fábio Baccheretti Vitor, secretário de Estado de Saúde, que prestou informações sobre a gestão de sua área de competência relativamente a 2022, em atendimento ao art. 54 da Constituição do Estado, considerando o período de 1º de janeiro a 30 de novembro.

Acesse o vídeo da íntegra da reunião: clique [aqui](#). ou acesse pela programação do Assembleia Fiscaliza no endereço: almg.gov.br >> [Acompanhe](#) >> [Eventos](#) >> [Assembleia Fiscaliza](#).

II – Presenças

Comissão de Saúde: Deputadas Celise Laviola (substituindo o deputado Carlos Pimenta), Beatriz Cerqueira (substituindo o deputado André Quintão) e deputado João Vítor Xavier.

Outros deputados presentes: Deputados Antônio Carlos Arantes, Dalmo Ribeiro Silva, Duarte Bechir, Doutor Jean Freire, Tito Torres, Gustavo Santana e Mauro Tramonte.

Representantes do Poder Executivo: Fábio Baccheretti Vitor (secretário de Estado de Saúde) e André Luiz Moreira dos Anjos (Secretário-Adjunto de Saúde).

III – Temas discutidos

- Ações durante o contexto da pandemia de Covid-19: comparando-se os dados de 2021 e 2022, constatou-se que em março de 2021 houve o maior pico de óbitos no Estado; entre janeiro e março de 2022, apesar do pico de casos de Covid-19 pela subvariante ômicron, houve poucas internações e óbitos. Muito provavelmente em decorrência do avanço da vacinação, Minas Gerais teve a menor letalidade por Covid-19 entre os estados do Sul, Sudeste e Centro-Oeste do país.
- Execução orçamentário-financeira: o governo do Estado ultrapassou o pagamento do mínimo constitucional destinado à saúde em 2021, quitando também os restos a pagar de anos anteriores, o que totalizou o montante de R\$9,5 bilhões. Dados parciais apresentados indicam que os gastos em saúde até o 5º bimestre de 2022 foram de cerca de R\$6,6 bilhões, e a projeção para este ano é também ultrapassar o pagamento do mínimo constitucional até o 6º bimestre.
- Apresentação de projetos prioritários, por nível de atenção em saúde:

- 1) Atenção primária: o Programa Academia da Saúde recebeu R\$43 milhões de recursos estaduais, distribuídos em 315 municípios; ações de saúde para a população LGBTQIA+ receberam R\$24 milhões; a política de saúde da população negra e quilombola foi aprovada sem destinação de recursos por enquanto; para a qualificação da estrutura das unidades básicas de saúde – UBS – foram destinados R\$59 milhões para a retomada de 99 obras paralisadas, e R\$47,5 milhões para a realização de 39 novas obras, além do repasse de R\$254 milhões para todos os municípios do Estado para a reforma das UBS existentes.
- 2) Atenção secundária: por meio da recém-criada Política de Transporte Eletivo em Saúde – Transporta SUS-MG, o Estado está repassando recursos para 35 consórcios intermunicipais de saúde a fim de que possam adquirir 188 micro-ônibus. Além de equipar esses consórcios, o Estado vai repassar recursos, de aproximadamente R\$230 milhões, para o custeio do serviço de transporte regionalizado. Em 2023 o Transporta SUS será ampliado para os demais consórcios que não são públicos. O centro de distribuição de medicamentos do SUS, Farmácia de Minas, conta com novo espaço físico, mais amplo, no Bairro Carlos Prates, bem como novo canal de atendimento, para oferecer melhor atendimento ao cidadão e eliminar as filas. Além disso, houve a renovação do parque tecnológico, com descentralização da dispensação de parte dos medicamentos. A Rede de Atenção à Saúde Bucal foi ampliada com o repasse de R\$90,3 milhões para 460 municípios. Também houve ampliação do nível de atendimento de média complexidade, com repasse de R\$259 milhões.
- 3) Atenção terciária: a estratégia Opera Mais, criada em novembro de 2021, visa aumentar o número de procedimentos cirúrgicos eletivos hospitalares, e atualmente contempla 264 beneficiários distribuídos em 262 municípios, sendo garantida sua continuidade até dezembro de 2023. O Opera Mais observa o princípio da fila única do SUS, levando em conta a emergência do procedimento e o tempo de espera na fila. No âmbito dessa estratégia, foram repassados, até o momento da reunião, R\$180 milhões do Estado para a realização de 108 mil cirurgias até agosto de 2022, o que representa um crescimento de 10% em relação à produção de 2019. Essa estratégia remunera os prestadores conforme as faixas de desempenho dos hospitais, utilizando tanto a tabela SUS como a remuneração por metas, que pode chegar a até sete vezes o valor da tabela SUS. O Samu está sendo ampliado, com previsão de ser implementado de forma regionalizada em todo o Estado até o fim de 2022. Neste ano foi implantado nas macrorregiões Noroeste, Leste, Leste do Sul e está em fase de implantação na Região Central e Triângulo do Sul. Além da ampliação do Samu terrestre, o Estado está adquirindo três aeronaves para o Suporte Aéreo Avançado de Vida e uma base será implantada na região de Governador Valadares. O Estado tem garantido 85% do custeio

do Samu. No que se refere à nova política hospitalar, o Valora Minas, o Estado investiu R\$1,3 bilhão para fortalecer os hospitais do Estado (hospitais estaduais, plataforma, microrregionais e macrorregionais), que foram equipados com 100 tomógrafos e receberam R\$9,3 milhões de reais para a abertura de 204 leitos de UTI neonatal. Além disso, o Estado manteve mais de 590 leitos de UTI que foram abertos para oferecer assistência aos pacientes com Covid-19, o que faz com que Minas Gerais tenha atualmente 1,5 leito de UTI por 100 mil habitantes. Quanto aos Hospitais Regionais, Minas dispõe de 6 unidades, das quais 5 estão relacionadas aos recursos oriundos do acordo da Vale em razão do rompimento da barragem em Brumadinho, e uma relativa aos recursos oriundos do acordo com a Fundação Renova, referente ao rompimento da barragem em Mariana. A etapa de estadualizações foi concluída, os vazios assistenciais foram pactuados, e o Estado está definindo, com os municípios de gestão plena, a vocação desses hospitais. Os editais de obras já foram publicados, exceto o de Juiz de Fora, uma vez que o hospital passa por avaliação da sua estrutura. Foi publicada a ordem de início das obras nos Municípios de Teófilo Otoni, Governador Valadares e Divinópolis; em janeiro de 2023 será autorizado o início das obras nos Municípios de Sete Lagoas e Conselheiro Lafaiete, o que contribuirá para o aumento de cerca de 280 leitos de UTI (adulto, pediátrico e neonatal) no Estado. A previsão de conclusão das obras dos hospitais, exceto o de Juiz de Fora, é de 24 meses, contados da data da reunião. Os equipamentos serão adquiridos no início de 2023, após a definição da vocação dos hospitais, uma vez que eles serão entregues já equipados. O hospital de Teófilo Otoni será o maior do Estado, com 400 leitos, e atenderá exclusivamente o SUS. Quanto ao Hospital Regional de Unaí, já foi feito o convênio com o município para o repasse de R\$4 milhões, e o recurso já foi repassado. No momento está sendo realizada licitação para o projeto arquitetônico da obra e, em seguida, será formalizado convênio para o repasse de recursos da ordem de R\$40 milhões para a sua execução.

- Recursos humanos: foi realizado um processo seletivo e há previsão de realização de concurso público na Fhemig (já aprovado) e na SES. No que se refere ao Hospital Júlia Kubitschek, está em andamento o credenciamento de anestesistas e o chamamento dos aprovados no processo seletivo para garantir o efetivo funcionamento do pronto atendimento, que foi reativado recentemente.
- Gratificação de Incentivo à Eficientização dos Serviços – GIEFS: gratificação recebida por servidores lotados na Fhemig, Funed e Hemominas, vinculada ao faturamento das instituições e dividida conforme pontuação, que está relacionada às atribuições do servidor. O secretário esclareceu que essa gratificação é paga apenas a servidores que estejam lotados nas instituições mencionadas.
- Descentralização da gestão em saúde dos hospitais para organizações sociais: o secretário esclareceu que esse modelo difere da privatização, uma vez que o hospital permanece de natureza

pública com atendimento ao SUS. A entrega da gestão para uma organização social visa aumentar o dinamismo na gestão da unidade e executar mais serviços com os mesmos recursos. Um exemplo de hospital público com gestão por organização social no Estado é o de Uberlândia.

- Estrutura: haverá reestruturação da SES para trazer efetividade tanto à organização da política pública de saúde como para sua operacionalização.
- Termo de Acordo firmado entre o governo do Estado, o Ministério Público, o Tribunal de Contas, a Associação Mineira dos Municípios e o Conselho de Secretarias Municipais de Saúde de Minas Gerais para o pagamento da dívida do Estado com os municípios, referente aos repasses obrigatórios que não foram realizados, no valor de R\$6.760.801.460,21. Segundo o secretário de Estado de Saúde, os municípios estão recebendo os repasses obrigatórios atuais em dia, acrescidos da parcela da dívida renegociada. Foi discutida, ainda, a necessidade de se flexibilizar junto ao Tribunal de Contas as regras para utilização dos recursos advindos da repactuação da dívida, haja vista que muitos desses recursos são vinculados a resoluções específicas e engessam a atuação dos municípios. Para minimizar essas dificuldades será criada uma comissão para discutir a operacionalização do uso desses recursos.
- Fechamento da Unidade Santa Lúcia, no Complexo Hospitalar São Francisco: foram realizadas algumas reuniões com a diretoria da unidade e foi solicitada a união da Unidade Santa Lúcia com a Unidade Concórdia para a redução de custos. A SES vai repassar recursos de aproximadamente R\$5 milhões para a construção de novo bloco cirúrgico no Hospital São Francisco, possibilitando que as atividades da Unidade Santa Lúcia sejam migradas para o São Francisco, de forma a melhorar sua sustentabilidade financeira. Foi articulado entre a SES e o Município de Belo Horizonte que a secretaria municipal de saúde aumente o repasse de recursos de custeio para a Unidade Santa Lúcia, uma vez que Belo Horizonte receberá mais recursos estaduais para a área da saúde. Assim, a unidade será mantida e a assistência dos pacientes não será prejudicada.
- Necessidade de descentralizar as ações da Fundação Hemominas. Serão inaugurados postos de coleta externa de sangue da fundação em Varginha e Viçosa.
- Necessidade de descentralizar as ações que utilizam carretas à disposição da população para realização de mamografia no interior do Estado. O atendimento por meio das carretas deve estar vinculado a serviços de referência.
- Regionalização do serviço de hemodiálise: a SES efetivou a primeira fase do processo de ampliação dos serviços de hemodiálise já existentes no Estado; a próxima etapa será a implementação de novos serviços, tal como ocorreu no Município de Minas Novas. A secretaria vai auxiliar no processo de habilitação do serviço de hemodiálise do Município de Nova Serrana com o Ministério da Saúde.

- Investimento nos hospitais microrregionais e macrorregionais para fortalecer a rede hospitalar do Estado. O Hospital Margarida, em João Monlevade, recebeu aporte de recursos e um tomógrafo.
- Habilitação no Ministério da Saúde do serviço de oncologia do novo Hospital Samuel Libânio, em Pouso Alegre.
- Estruturação do atendimento a queimados na Santa Casa de São Sebastião do Paraíso e seu credenciamento como Unidade de Acidente Vascular Cerebral Estadual.
- Situação financeira e funcionamento da Santa Casa de Misericórdia de Piumhi: serão efetivados repasses de recursos da ordem de R\$1 milhão em novembro e dezembro de 2022; quando o CTI for reaberto em 2023, a SES vai providenciar, a médio prazo, a habilitação do serviço de traumatologia e ortopedia para que o hospital possa funcionar normalmente.

IV – Compromissos e encaminhamentos

Compromissos e Posicionamentos do Executivo

- Cumprimento da aplicação de recursos em ações e serviços públicos de saúde em percentual acima do mínimo constitucional.
- Ampliação do Samu para 100% de cobertura no Estado, atendendo toda a população mineira.
- Fortalecimento dos hospitais regionais para cobrir os vazios assistenciais da rede pública de saúde.
- Realização de processo seletivo e concurso público para preencher vagas na Fhemig e na SES.
- Aumento do número de cirurgias eletivas hospitalares por meio da estratégia Opera Mais em 20% em relação a 2019.
- Resolução do problema da Unidade Santa Lúcia, do Complexo Hospitalar São Francisco, que corre o risco de fechar em decorrência de crise financeira.
- Repasse de recursos em novembro e dezembro de 2022 para a Santa Casa de Misericórdia de Piumhi, e habilitação do serviço de traumatologia e ortopedia a médio prazo, caso o CTI da instituição seja reaberto.
- Encaminhamento de resposta à Comissão de Saúde sobre a situação da habilitação do serviço de hemodiálise no município de Nova Serrana com o Ministério da Saúde.
- Descentralização da oferta de hemodiálise no Estado, com implementação de novos serviços para cobrir os vazios assistenciais.
- Inauguração de postos de coleta externa de sangue da Fundação Hemominas em Varginha e Viçosa.

Encaminhamentos dos parlamentares – Requerimentos

[RQN 12.480/2022](#): pedido de informações ao secretário de Estado de Saúde consubstanciadas em cópia integral e anexos do termo de acordo firmado entre o governo do Estado, o Ministério Público, o Tribunal de Contas, a Associação Mineira dos Municípios e o Conselho de Secretarias Municipais de Saúde de Minas Gerais, referente ao pagamento da dívida relacionada a repasses da verba da saúde a municípios e instituições, e no levantamento dos valores devidos por ano e por município nos termos do acordo.

Belo Horizonte, 21 de dezembro de 2022.

Deputado João Vitor Xavier

Presidente da Comissão de Saúde